

4to Coloquio Internacional Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina. Políticas públicas: posibilidades, obstáculos, y desafíos

Ivani Ferreira de Faria

Universidade Federal do Amazonas

A aprendizagem pela Pesquisa e currículo pós-feito: o respeito as formas próprias de aprendizagem no curso no curso de Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável

A Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável, ora ofertada pelos Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais/IFCHS/UFAM foi discutida de forma participante em 2005 e aprovada no mesmo ano, pelos povos indígenas do Alto rio Negro em assembleia e pelo Conselho Universitário da UFAM em janeiro de 2007 com início somente em novembro de 2009.

O curso é bilíngue, intercultural, regular com ingresso bianual aprovado e institucionalizado em todas as instâncias acadêmicas da UFAM como Conselho Universitário/CONSUNI, Resolução nº028/2007, alterada pela Resolução nº018/2013, Atualmente conta com 380 estudantes matriculados em 09 turmas: 02 turmas Tukano, 02 turmas Baniwa/Kuripako, 02 turmas Nheengatu São Gabriel da Cachoeira, 01 Nheengatu- Santa Isabel do rio Negro, 01 Yanomami e 01 Sateré-Mawé.

O curso foi elaborado conforme os preceitos da legislação da Educação Indígena nacional e internacional, como a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, entre outras.

Para a turma de 2009, foram ofertadas 120 vagas, sendo 40 vagas para cada turma Tukano, Baniwa e Nheengatu definidas a partir da territorialidade linguística localizadas nas calhas dos rios: Negro - comunidade de Cucui para os falantes da língua Nheengatu; Uaupés - comunidade de Taracúá para os falantes da língua Tukano e Içana - comunidade de Tunui para os falantes das línguas Baniwa e Kuripako.

O número de candidatos inscritos na segunda edição do curso, para preencher 120 vagas para indígenas do Alto rio Negro superou as expectativas da coordenação do curso.

Em 2009, houve 695 indígenas inscritos na turma Baniwa (57); tukano (356) e Nheengatu (242) e em 2013, 1413 candidatos para as turmas Tukano (649), Baniwa (239) e Nheengatu (525) em 2015, 1507 candidatos.

A demanda deve-se ao sucesso da primeira turma cuja formatura de 72 Licenciados em Educação Indígena, ocorreu em 28 de novembro de 2013 e pela proposta política, pedagógica e metodológica do curso, fatos que resultaram na solicitação do curso por outros povos indígenas como os Yanomami (50 vagas), envolvendo estudantes residentes dos rios Maturacá, Marawiá, realizada na comunidade de Maturacá, Terra Indígena Yanomami em São Gabriel da Cachoeira e Sateré-Mawé (50 vagas) realizada no município de Parintins/Maúes envolvendo estudantes das 3 sub-regiões dos rios Andirá, Marau e Waicurapá, Terra Indígena Andirá-Marau iniciados no segundo semestre 2014, solicitados pelas Associação Yanomami do Rio Cauburis e Afluentes/AYRCA e Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé/CGTSM e a turma Nheengatu 2, realizada na comunidade de Cartucho, no rio Negro, pertencente ao município de Santa Isabel do rio Negro iniciada em janeiro de 20015.

Em 2014, foi avaliado pelo Comitê de Avaliação do INEP/MEC, obtendo a nota 4, da máxima de 5. O curso é regular para as 3 turmas Tukano, Baniwa e Nheengatu com ingresso bianual e as demais turmas como especiais, ou seja, conforme a demanda de outros povos indígenas.

O curso tem como objetivo geral promover a formação de professores/pesquisadores proporcionando a formulação de políticas públicas educacionais e processos pedagógicos próprios respeitando a diversidade cultural dos povos indígenas para atender as escolas indígenas diferenciadas.

Está fundamentado nos princípios de valorização da cultura e língua materna, das formas próprias de aprendizagem, registro e valorização de suas epistemologias e cosmologias com base na interculturalidade.

O curso tem como proposta metodológica a Aprendizagem pela Pesquisa e Currículo pós-feito. Ou seja, não tem disciplina e tão pouco uma organização curricular fechada.

É realizado em 4 anos, com 3.550 h, contando com 4 etapas anuais presenciais presenciais. Os componentes curriculares são: Pesquisa, Práticas Investigativas, Práticas Profissional, Projetos Especiais e TCC.

No início das discussões sobre educação indígena na região do Alto rio Negro usávamos o termo Ensino via Pesquisa, no entanto a partir de discussões com referências em Paulo Freire e minhas experiências na disciplina Disciplina EVP para o curso de Geografia da UFAM e com as turmas do curso da Licenciatura Indígena de 2010, optamos por redefinir o termo da proposta metodológica como Aprendizagem pela Pesquisa, devido ao uso pejorativo da palavra ensino significando que algo deve ser ensinado copiado, padronizado, treinado, adestrado, repetitivo, condicionando os alunos e transformando-os em objetos de manipulação, próprio de uma educação instrucionista, autoritária e bancária como afirmado por Freire (1982), não estando articulada com os princípios da aprendizagem por meio da educação democrática, ou seja, a proposta político pedagógica e metodológica fundamentada muito mais na aprendizagem do que ensino, em aprender a aprender e aprender fazendo. Na produção e não na reprodução do conhecimento.

Tem-se que no entanto, diferenciar a Aprendizagem pela Pesquisa, entendida como uma alternativa ao sistema, da Aprendizagem com Pesquisa, entendida como uma alternativa ao sistema. Muitos pedagogos, professores pensam que se trata de sinônimos.

A “Aprendizagem pela Pesquisa” é uma concepção curricular que parte da ideia de que o currículo é aberto, flexível e se estrutura sobre PROBLEMÁTICAS – perguntas formuladas pelos discentes sob a supervisão do professor, que serão respondidas processualmente a partir de PESQUISAS realizadas pelos estudantes, permitindo assim o desenvolvimento de várias HABILIDADES intelectuais que vão desde a capacidade de fazer as perguntas adequadas, até a capacidade de conceber métodos capazes de apreender e explicar o que se quer saber sobre cada um dos objetos de conhecimento circunscritos em cada caso. A “Aprendizagem pela Pesquisa” (APP) constrói um currículo baseado no APRENDIZADO dos estudantes e não no ENSINO do professor, que organiza o tempo e os meios disponíveis para que o estudante passe por experiências de aprendizado.

A APP nasceu da crítica aos currículos fechados, que podiam ser reproduzidos em qualquer lugar, opacos ao contexto em que os processos educacionais ocorriam.

Essa crítica envolve ainda dois outros aspectos dos currículos disciplinares fechados: a rotinização de conteúdos prontos, repetidos sempre nos mesmos períodos, o que ocasiona normalmente baixo interesse por parte do corpo discente e a conseqüente queda no aproveitamento dos cursos

e a epistemologia associada a esta rotinização que é a de uma concepção de conhecimento enquanto produto e não enquanto processo, omitindo, assim, frequentemente, dos estudantes um dos aspectos mais importantes do conhecimento, ou seja, o modo como ele emerge, sua natureza processual histórica. É por esta razão que se tem falado de uma “epistemologia da repetição”, que prejudica a educação brasileira num momento em que a emergência da “sociedade do conhecimento” estrutura-se crescentemente sobre a capacidade desdobrada de produção contínua de novos conhecimentos (FARIA, OLIVEIRA 2012).

A APP é definida pelo contexto educacional local e pelos interesses do grupo de educandos que se encontram em processo de formação. Trabalha a partir de uma metodologia que capta e discute os interesses e os contextos de vida dos estudantes, formulando pesquisas a partir desses interesses e contextos. Pesquisas essas que serão realizadas pelos educandos, estabelecendo assim (os interesses) como ponto de partida, mas não como ponto de chegada.

O currículo formula-se, então, no decorrer do próprio curso, assim, este modo de construção curricular tem sido chamado de “CURRÍCULO POST-FACTUM”, na medida em que somente ao final do curso, cumprida uma carga horária pré-estabelecida e realizados os requisitos de produção (monográficos, TCC, etc.) se tem uma descrição completa do currículo.

Desta forma, o currículo é construído à medida que se desenvolve, por meio das problemáticas definidas coletivamente pelos discentes, a partir de seu cotidiano e contexto sociocultural e econômico, sobremaneira que este nunca se repete pois os discentes não são os mesmos nas próximas turmas.

Utiliza-se, para abertura das problemáticas (pesquisas) e das práticas investigativas, o mapa conceitual que consiste em representações gráficas semelhantes a diagramas, que indicam relações entre conceitos ligados por palavras ou perguntas.

Representam uma estrutura que vai desde os conceitos mais abrangentes até os menos inclusivos. Assim, os mapas conceituais são utilizados para auxiliar a organização e a sequenciação dos conteúdos, de forma a oferecer estímulos adequados ao estudante.

A abordagem utilizando os mapas conceituais está embasada em uma teoria construtivista, pois entende que o estudante constrói seu conhecimento e significados a partir da sua predisposição para realizar esta construção. Servem como instrumentos para facilitar o aprendizado do conteúdo sistematizado em conteúdo significativo para o aprendiz.

Vale a pena ressaltar que a APP trata-se de uma proposta não-disciplinar¹ que considera um fato muito importante: o conhecimento não está organizado em todas as culturas nas mesmas chaves cognitivas e epistemológicas com que foram organizados na tradição disciplinar Ocidental moderna, tradição esta que divide (pretensamente e claramente) o que é a matemática do que é a física ou a química.

Trabalhar com disciplinas implicaria em formatar os conhecimentos indígenas dentro de princípios ideológicos e epistemológicos ocidentais de pensamento, dentro dos quais eles perderiam totalmente sua funcionalidade e sua operatividade, transformando-se em arremedos folclóricos das suas próprias possibilidades. A experiência de outros cursos superiores e médios voltados para a formação de docentes ou profissionais indígenas mostra que os cursos disciplinares, voltados à transmissão de conhecimentos, não se tornam relevantes para os diversos desafios que os indígenas enfrentam no mundo atual

As aulas com aprendizagem pela pesquisa, não são aquelas aulas onde os estudantes vão assistir aula, tomar nota, fazer prova e receber uma nota no final. Os professores são orientadores e

devem auxiliar os estudantes na apresentação, discussão e análise das pesquisas em sala de aula, a partir de suas epistemologias e conhecimentos.

As teorias são discutidas a partir das análises das pesquisas e da prática. São atividades em que os estudantes produzem, constroem ou reconstroem conhecimento, nunca reproduzem. Desloca-se o foco do professor para os estudantes dando voz e vez a eles.

Inverte-se a ordem da aula convencional que o professor sempre traz o conteúdo pronto, primeiro a teoria e as vezes a prática em segundo plano.

Esta proposta político pedagógica é utilizada pelo Curso de Licenciatura Indígena Políticas Educativas e Desenvolvimento Sustentável ofertado desde 2009 pela Universidade Federal do Amazonas, do qual participei junto com os povos indígenas de sua concepção. Não foi um projeto elaborado pelos professores da UFAM e levado até eles para referendar ou mesmo participar somente em alguns momentos. Foi totalmente discutido cujos princípios políticos e metodológicos foram definidos por eles, como a aprendizagem pela pesquisa. Tem-se um único curso, organizado pela territorialidade linguística e por povo.

Atualmente, conta com 09 turmas. Nove (09) currículos diferentes, em um (01) único curso. Impossível para cursos com currículos fechados.

A aprendizagem com pesquisa, é apenas uma alternativa dentro do sistema, pois por um lado, na maioria das vezes, ainda ocorre em uma estrutura curricular fechada, fundamentada na disciplina onde a pesquisa é usada como metodologia exógena ao processo de aprendizagem. Apenas um complemento e por vezes não tem nada a ver com o conteúdo da disciplina, como os Programas de Iniciação Científica/PIBIC, que mesmo bem intencionados, a pesquisa não é usada como princípio educativo, apenas científico, e só aparece no nível superior da educação.

E por outras vezes, ainda é entendida de forma equivocada pelas escolas e professores para elaborar projetos de temas transversais, chamados de interdisciplinares.

Na maioria das vezes, os estudantes não participam da escolha do tema e tão pouco da elaboração do projeto. Sequer podemos denominar isso como de aprendizagem com pesquisa.

No entanto, por outro lado, dependendo da proposta pedagógica e política do professor (que ignora a ementa da disciplina), pode ser um instrumento que vem proporcionar uma visão crítica, oportunizando aos estudantes, independente do conteúdo posto pela disciplina, experimentar mesmo dentro do currículo fechado, uma forma democrática de educação, quando podem escolher o conteúdo por meio do mapa conceitual e definir os caminhos do processo de produção do conhecimento. A isso, denominamos Aprendizagem com Pesquisa, também podendo ser usada como uma transição para as escolas e cursos que desejam uma proposta educacional democrática fundamentada na aprendizagem pela pesquisa pois não é fácil romper com anos e uma formação autoritária, conservadora e instrucionista a qual fomos e somos submetidos cotidianamente.

Nesse sentido, poucas universidades e cursos superiores no Brasil utilizam a aprendizagem com pesquisa. A maioria ainda utiliza-se dos mesmos modelos conservadores de repetição de conteúdos, fugindo a sua verdadeira função que é a produção de conhecimento.

Como elaborar um currículo pós feito a partir da aprendizagem pela pesquisa? As perguntas que se repõem pelos formados em uma visão cartesiana, positivista e instrucionista de educação: Onde está o conteúdo? as ementas? a grade curricular?

Como saber o que fazer? O que e como os estudantes vão estudar? Quem define os conteúdos e como serão aprendidos e os caminhos a serem trilhados são os estudantes como citado acima.

Como procedimento da metodologia da Aprendizagem pela Pesquisa, na primeira semana do curso, no primeiro momento, iniciamos o levantamento das problemáticas, o conteúdo dos 04 anos, a partir de oficina de gestão do conhecimento e da problematização da seguintes perguntas que podem ser modifcadas de acordo com o contexto dos povos indígenas. Quais os problemas enfrentados por vocês? Quais os conhecimentos que devem ter um professor indígena? Qual o futuro que esperam como povo? Quais os conhecimentos que as futuras gerações devem ter para continuarem a ser identificados como tukano, Baré, Baniwa, Yanomami etc? Os estudantes são organizados por grupos e por povo, dependendo da turma e levados a responderem as perguntas. O primeiro passo é discutir as respostas e reelaborando as perguntas que não ficaram claras ou que deram margem a várias interpretações. Nesta fase, os estudantes são levados aprender a fazer perguntas, a articular as ideias e pensamento, a discutir sobre os problemas e definir problemas a iniciar o processo aprender a aprender e aprender fazendo.

O segundo momento, consiste em organizar as problemáticas por afinidade (semelhanças netre os problemas) com participação de todos auxiliando no desenvolvimento e agilização do raciocínio, na articulação das ideias e analise a partir da comparação.

O terceiro momento, consiste em organizar por ordem de importância ou prioridade as problemáticas. Novamente, os estudantes são levados a pensar, articularas ideias, para definirem o conteúdo/pesquisas que serão desenvolvidas que compõem o currículo pós feito e flexível.

O passo seguinte, consisti na abertura primeira problemática. Para isto utilizamos o mapa conceitual para abrir a problemática. Como foi feito o mapa conceitual? Escrevi o título da pesquisa no centro do quadro e perguntei aos estudantes quais outras perguntas relacionadas a ela ainda tem, ou quais outras perguntas que devemos fazer para que que a questão central seja respondida e pesquisa alcançada. Desta forma, várias perguntas surgem e são escritas no quadro. Isso eleva a autoestima dos estudnates por que eles se vem por meio das perguntas e a participação aumenta.

Posteriormente, as perguntas são correlacionadas a ter uma continuidade, sequenciação ligadas por meio de seta e por afinidade a partir da pergunta de quais são afins para que eles mesmos as articulassem. O mapa conceitual ou as perguntas são o conteúdo do plano de trabalho. Nele, deve constar meta/resultado. As perguntas tem que ser feitas pelos estudantes. Eles que dão a direção da aula. O professor nunca responde prontamente as perguntas dos estudantes, mas deve levá-los a respostas por meio de outras perguntas a isso denominamos de problematização que está presente tanto na metodologia da prendizagem da pesquisa por meio de problemáticas bem como pelo procedimento descrito.

Nessa proposta tambem podem ser utilizados temas. Mas porque utilizamos perguntas (problemáticas) e não temas? Pelo simples fato de que tema generaliza a pesquisa e pela problemática além de darem respostas a pesquisa tambem resolvem problemas de seus povos, atingem direto o problema.

Seguindo a proposta democrática, o professor nunca deve fazer as perguntas tanto no primeiro momento do levantamento de problemáticas como na elaboração do mapa conceitual na abertura da problemática. Ou seja, o professor não deve interferir na construção do currículo pós feito em nenhuma hipótes. Existe também um entendimento equivocado ainda por alguns professores, de

que as problemáticas só podem ser abertas por especialistas na área do conhecimento da pesquisa.

Mesmo que algum conhecimento que se julgue importante não aparecer durante o levantamento de problemáticas, podem surgir em outros momentos como na abertura delas ou nas discussões dos resultados das pesquisas quando os estudantes podem elegelo como importante e iniciar outra pesquisa ou incorpora-lo a mesma, porque além de ser pós feito, o currículo também é flexível e todos os profissionais que atuam com essa proposta independente de sua formação devem saber abrir as problemáticas e principalmente, quem define a sua importância dos conteúdos são os estudantes e não os professores.

Isso vem demonstrar que ainda estão muito atrelados e não se desapegaram da forma de pensar da ciência moderna, que fragmenta e organiza o conhecimento em áreas e mesmo sem perceberem estão afirmando o pensamento abissal, colonialista e uma educação instrucionista pautada ainda na figura do professor como detentor do conhecimento e os estudantes como ignorantes.

Muitos professores não as aceitam porque são pautadas na autonomia na descolonização do saber e não conseguem fugir das ideologias conservadoras, convencionais e colonizadoras. Institucionalmente o curso vem sofrendo sanções desde a sua criação porque não está dentro do modelo proposto “Educação de branco para Índio” e a resistência do sistema universitário conservador em aceitar as diferenças que exigem funcionamento diferente dos outros cursos e tem dificuldade de compor um corpo docente que aceitem e ponham em prática a sua proposta política.

Existem vários conhecimentos e várias formas de ciência O que é a ciência senão uma maneira de organizar o conhecimento. Partindo desse pressuposto, os povos indígenas tem seus conhecimentos e também suas ciências. Não podem e nem precisam ser validados a luz da visão de mundo ocidental ou de outras nem pela ciência moderna.

Quem tem que validar e reconhecer estes conhecimentos e ciências são eles e não o outro.

Conquistas:

- respeito e fortalecimento da cultura e da organização social e política dos povos indígenas garantindo a autodeterminação e autonomia educacional na elaboração de currículos e processos pedagógicos próprios por meio da aprendizagem pela pesquisa e currículo pós-feito. O curso é único mas com currículos e conteúdos diferentes;
- discussão de epistemologias próprias a partir da cosmovisão de cada povo presentes nas discussões e análises das pesquisas e nos materiais produzidos;
- aprofundamento do conhecimento pedagógico e político do professor indígena, atendendo os princípios da formação diferenciada e descolonial;
- vem contendo do êxodo a partir de sua proposta política pedagógica que contempla e valoriza os projetos de futuro das comunidades indígenas;
- modificou o foco de visão da formação superior da cidade para a comunidade por ser o único, até o momento, a realizar-se integralmente nas comunidades/Terra Indígena;
- vem ampliando a compreensão crítica das relações interculturais e a habilidade de atuação nos projetos de fortalecimento cultural dos povos indígenas;
- vem propiciando a construção de um diálogo formal com os não indígenas;

- produção de material textual nas várias línguas, capazes de atender às demandas por material literário e audiovisual específicos para as escolas indígenas (cadernos de pesquisa por turma, boletins informativos na língua materna), banners, vídeos etc;
- definição de acordos ortográficos das línguas Tukano e Nheengatu e de instrumentos linguísticos nas línguas de instrução e de trabalho;
- aumento da procura pelo curso entre os povos indígenas (nº de inscrições e de povos indígenas);
- reconhecimento pelo INEP/MEC da proposta teórico metodológica da aprendizagem pela Pesquisa e currículo pós-feito, não apenas pela nota 4 mas pela nota 5 recebida na avaliação do projeto pedagógico;
- O curso recebeu reconhecimento oficial pela Secretaria de Regulamentação e Supervisão da Educação Superior/SERES/MEC, pela Portaria nº44, de 22 de janeiro de 2015, publicada no D.O.U nº16, de 23 de janeiro de 2015.

Desafios:

Temos problemas por sermos diferentes. Muitos professores não aceitam a metodologia e a proposta política do curso pautada na autonomia e na descolonização do saber e não conseguem fugir da pedagogia instrucionista/tradicional e colonizadora.

Dessa forma distinguimos alguns perfis de professores que fazem parte da equipe: os que aceitam, entendem e conseguem por em prática a metodologia; aqueles que aceitam e entendem mas não conseguem pô-la em prática porque não conseguem se livrar da formação da ciência moderna; os que acreditam na proposta política do curso mas não conseguem entender e nem por em prática a metodologia.

Nesse sentido, trabalhar em equipe com princípios políticos, pedagógicos e metodológicos descoloniais é fundamental para a manutenção e existência do curso e ao mesmo tempo o nosso maior desafio diante de uma sociedade que prima pelo individualismo e padronização, preceitos antagônicos aos propostos pela Licenciatura.

O corpo docente deve estar afinado com a proposta sob pena de se desestruturar como acontece na maioria dos casos de projetos inovadores que findam por problemas e disputas internas da equipe. Desde o início sempre a formação do corpo docente foi o nosso maior desafio não apenas por depois de 08 anos não termos conseguido concurso para professores de carreira para o curso mas também pelo pensamento descolonial e a prática pedagógica da aprendizagem pela pesquisa.

Institucionalmente enfrentamos cortes de recursos por parte da SECADI/MEC desde a sua criação porque não estamos dentro do modelo proposto “Educação de branco para índio” e a resistência do sistema universitário conservador em aceitar as diferenças que exigem funcionamento diferente dos outros cursos.

Devido a sua realização nas comunidades e em terras indígenas na Amazônia, a logística (transporte de alimentos, combustível e deslocamento de professores e estudantes) é difícil e ainda é feita de forma precária, amadora sem o apoio institucional da universidade ficando a cargo da coordenação geral e dos parceiros desenvolverem essas atividades.

Porque continuar o curso? Porque somos parceiros dos povos indígenas e acreditamos que este país é para todos e não para alguns. O curso se propõe a ser muito mais do que um curso de “formação de professores”, associando a formação acadêmica à etnopolítica e a valorização das

culturas indígenas como uma iniciativa de educação superior voltada para a formação de cidadãos indígenas para atuarem nos seus contextos socioculturais. Põe em prática o caráter pluriétnico assumido pela Constituição Federal brasileira e pouco praticado pela sociedade e o Estado.

A diferença não pode ser motivo de exclusão mas de inclusão. Somos diferentes e queremos continuar diferentes!!

Para não concluir....

Onde estão os processos próprios de aprendizagem, as epistemologias e cosmologias específicas da cultura de cada povo nos cursos superiores e nas pesquisas? Seus resultados vem fortalecendo estes conhecimentos? Não estamos afirmando que os povos indígenas devam ficar isolados com conhecimentos somente da sua cultura, mas se assim desejarem, que tenham o direito. O conhecimento indígena não é fragmentado. É integrado onde o imaterial e material não são divididos e mas são construídos de forma coletiva em prol do bem viver e do bem comum.

Porque a pesquisa como princípio da aprendizagem? porque é a que mais se aproxima das formas próprias de aprendizagem dos povos indígenas e é inerente a humanidade não sendo de autoria ou propriedade de nenhuma sociedade e a produção do conhecimento é feita coletivamente.

Ao perguntarmos a turma Baniwa/Koripako quais as características do curso que se parecem com suas formas próprias de aprendizagem e de organização social e política, a resposta foi: na metodologia de aprendizagem pela pesquisa, aprender fazendo; na organização do plano de trabalho e nas metodologias utilizadas na realização das pesquisas em grupo de forma coletiva; nas discussões em sala de aula coletivamente; na produção dos materiais e resultados das pesquisas e no resultado coletivo na produção do conhecimento que não é individual ou pessoal mas para as suas comunidades e povo, diferentemente de um curso convencional onde o resultado é pessoal.

Nesse sentido as metodologias participantes citadas são as que mais se aproximam das cosmologias e processos próprios de aprendizagem desses povos. Muitos professores não as aceitam porque trazem no seu bojo a autonomia e a descolonização do saber e não conseguem fugir das ideologias conservadoras, convencionais e colonizadoras. O curso vem sofrendo sanções desde a sua criação porque não está dentro do modelo civilizatório colonial e apresenta-se como oposição e resistência a ele e ao sistema universitário conservador.

Mas para o desenvolvimento e prática dessas metodologias é muito importante o trabalho em equipe, a partilha de objetivos e ideologias comuns, sem os quais a sua continuidade não é possível.

Existem vários conhecimentos e várias formas de ciência O que é a ciência senão uma maneira de organizar o conhecimento. Partindo desse pressuposto, os povos indígenas tem seus conhecimentos e também suas ciências. Não podem e nem precisam ser validados a luz da visão do mundo ocidental, de outras sociedades e nem pela ciência moderna. Quem tem que validar e reconhecer estes conhecimentos e ciências são eles e não o outro.

Não estamos levando os conhecimentos indígenas para a academia para validá-los mas para valorizá-los, fortalecê-los e reconhecê-los como ciência e como igual a todas as formas de conhecimentos.